



MUNICÍPIO DE MERIDIANO

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.116.092/0001-08

(17) 3475 - 1116 | (17) 3475 - 1124

meridiano@meridiano.sp.gov.br

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº

2024

(ALTERA O §1º, §2º E §9º DO ART. 59 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 208 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS).

Art. 1º - O §1º, §2º e §9º do art. 59 da Lei Complementar nº 208 de 23 de fevereiro de 2022 passará a conter a seguinte redação:

§ 1º - Os cargos constantes do “caput” serão ocupados por servidores municipais efetivos ativos ou inativos, de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal, através de cessão do servidor para exercício no Regime Próprio de Previdência Social, nos termos da Portaria MPS nº 1.180/2024.

§ 2º - Para preenchimento dos cargos de Diretor Presidente e de Diretor Executivo, os servidores deverão obrigatoriamente ter formação correspondente a no mínimo Ensino Superior Completo, com exceção os dirigentes que tomaram posse ou foram reconduzidos à função antes da publicação da Portaria SEPRT/ME nº 9.907/2020, a qual se exigirá nível médio, além da certificação em gestão de investimentos (CPA10/CGRPPS).

§ 9º - Os membros da Diretoria Executiva, sendo servidores efetivos da Prefeitura, realizaram suas atribuições durante o horário do expediente normal de trabalho, e exclusivamente para o Regime Próprio de Previdência Social do Município – RPPS, sendo que ocorrendo cessão para o Regime Próprio de Previdência Social seus vencimentos e gratificações serão pagos pelo órgão de destino, cuja gratificação terá o valor estabelecido por ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - Essa Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Meridiano, 10 de dezembro de 2024.

FABIO PASCHOALINOTO
PREFEITO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE MERIDIANO

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.116.092/0001-08

(17) 3475 - 1116 | (17) 3475 - 1124

meridiano@meridiano.sp.gov.br

Meridiano, 10 de dezembro de 2024.

ASSUNTO: Justificativa sobre Projeto de Lei Complementar nº /2024.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Servimo-nos do presente para encaminhar a essa Colenda Câmara Municipal, para ser apreciado e deliberado pelos nobres Vereadores, o Projeto de Lei Complementar dispondo sobre a alteração de dispositivos legais da Lei Complementar nº 208 de 23 de fevereiro de 2022.

O intuito do presente projeto é sanar irregularidades no tocante a Notícia de Fato nº 0739.0032300/2024 que tramita perante o Ministério Público do Estado de São Paulo, em relação à exigência de nível superior aos dirigentes do RPPS e acumulação ilícita de cargos públicos.

O presente projeto regularizará a situação, pois apresenta exceção à exigência de nível superior para servidores que já estavam no RPPS antes da Portaria SEPRT/ME nº 9.907/2020 e determina que a fonte pagadora para os Dirigentes do RPPS, seja o próprio RPPS e não o Município, além de permitir por cessão o exercido de cargo de Dirigentes, nos termos da Portaria MPS nº 1.180/2024.

Certos de que o presente projeto receberá a devida aprovação, pelo que, antecipadamente agradecemos, aproveitamos do ensejo para reiterar a Vossa Excelência e aos demais dignos pares dessa Edilidade, os nossos melhores sentimentos de alta estima e distinta consideração.

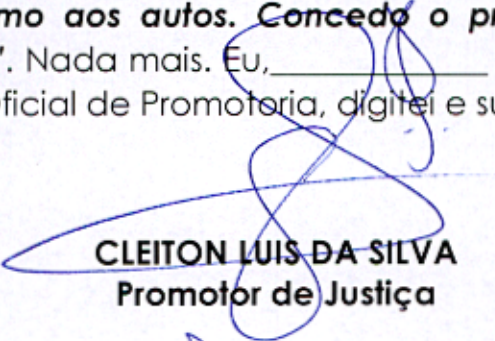
Atenciosamente,

FABIO PASCHOALINOTO
PREFEITO MUNICIPAL

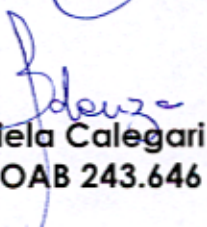
EXMO. SENHOR
EDIVAN CÁSSIO TONELOTE
DD. PRESIDENTE, E,
EXMOS. SENHORES VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL
MERIDIANO – SP.

TERMO DE REUNIÃO

Aos 27 dias do mês de novembro do ano de 2.024, às 15 horas, na 5ª Promotoria de Justiça de Fernandópolis, onde presente se encontrava o Exmo. Sr. Dr. **CLEITON LUIS DA SILVA**, Promotor de Justiça, compareceu a Dra. Graziela Calegari de Souza, procuradora do Município de Meridiano, inscrita na OAB/SP sob o nº 243646/SP, oportunidade em que foram discutidos os seguintes temas: **a)** nomeação para ocupar cargo de presidente do IPREM sem qualificação exigida em lei federal; e **b)** pagamento de gratificação a servidores efetivos do Município pela ocupação de cargos diretivos do IPREM, dando ensejo a reconhecimento de acumulação ilícita de cargos públicos. Expostos os pontos pelo promotor de justiça, na sequência, a i. procuradora solicitou a concessão de prazo para análise com posterior resposta. Pelo Promotor de Justiça foi deliberado: **"Junte-se este termo aos autos. Concedo o prazo de 15 dias para análise e resposta"**. Nada mais. Eu, _____ (Jader Luiz Gonçalves do Nascimento), Oficial de Promotoria, digitei e subscrevi..



CLEITON LUIS DA SILVA
Promotor de Justiça



Graziela Calegari de Souza
OAB 243.646